



O PREÇO DA LIBERDADE É O CONHECIMENTO

Num mundo reconfigurado pelas tecnologias da informação, é fundamental o acesso às redes digitais para interagir com o novo paradigma de sociedade que está surgindo

Por João de Freitas
Fotos Jefferson Dias

Revolução informacional. É assim que o sociólogo Sergio Amadeu da Silveira define o nosso tempo. Com as novas tecnologias da informação, “o paradigma da sociedade está mudando na cultura, na economia e na educação”, afirma o doutor em ciência política pela Universidade de São Paulo, autor de *Software Livre: a Luta pela Liberdade do Conhecimento e Exclusão Digital: a Miséria na Era da Informação*, entre outros. “E essa mudança está em andamento”, alerta. Considerado um dos maiores defensores da inclusão digital no Brasil, militante do Software Livre, Sergio Amadeu foi precursor dos telecentros comunitários na América Latina, com a implantação da Rede Pública de Telecentros na capital paulista (2001-2003), além de presidir o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), participando do Comitê Gestor da Internet no Brasil (2003-2005). Professor na graduação e no mestrado da Faculdade Cásper Líbero, coordena o núcleo de pesquisa “Comunicação, tecnologia e cultura de rede” e mantém um carismático *blog* na rede, da qual fala com propriedade e entusiasmo nesta entrevista a *Getulio*.

Como foi o caminho do sociólogo para se tornar um dos maiores especialistas em software livre do Brasil?

Sergio Amadeu da Silveira O modelo de construção da internet havia me impressionado durante o mestrado: algo criado de maneira colaborativa, com acesso livre ao conhecimento. A rede cresceu rapidamente por compartilhar essa inteligência. Mas concluí o mestrado sem tratar essa questão. Estava no Instituto Florestan Fernandes quando me chamaram para organizar um projeto social com tecnologia. Era a idéia de telecentro comunitário [*projeto Sampa.org*], mais tarde implantado na cidade de São Paulo a convite da prefeita Marta Suplicy. O software livre é uma realidade no mundo das redes, mas enfrenta o lobby de corporações que vivem de royalties. Num projeto público da dimensão dos telecentros houve muitos problemas, disseram até que a população não conseguiria usar. Mas deu certo. Depois fui para Brasília, onde trabalhei no ITI, do governo federal. Ou seja, a formação em sociologia ajudou a entender tanto a dinâmica da produção do software livre quanto a reação dos monopólios.

Assim, de um conhecimento teórico passei para a ação prática, embora não seja desenvolvedor. Sou educador e usuário avançado.

Em quase 15 anos de internet no Brasil, a exclusão digital continua.

Sergio Amadeu Sem dúvida, infelizmente.

O que significa inclusão digital: ensinar a usar o computador ou o conceito vai além?

Sergio Amadeu Esse é um conceito em disputa, que depende da concepção que se tem de sociedade e do uso que se faz da tecnologia. Cheguei a ouvir banqueiros definindo inclusão digital como o acesso que os aposentados têm ao caixa eletrônico. E de fato existe computador ali. Mas não concordo. Incluir digitalmente significa permitir o acesso às redes digitais. Um computador desconectado é como uma máquina de escrever. Ou seja, a riqueza está nas redes. Inclusão digital é permitir às pessoas interagir em rede de acordo com suas necessidades, trabalhando para melhorar efetivamente o seu cotidiano com um mínimo de autonomia nessa navegação.



A internet reproduz o mundo da rua. Se a criança não é ensinada a trafegar pelo espaço da cidade, viverá eternamente ilhada em shoppings, sem nenhuma autonomia

Qual a importância de democratizar o acesso às redes?

Sergio Amadeu Existem hoje três grandes temas relacionados à inclusão digital: cidadania, economia e educação. As pessoas têm o direito de se comunicar em rede. Do contrário, é como se a Revolução Francesa garantisse liberdade de expressão e não de imprensa. Hoje o meio técnico para se comunicar ampla, veloz e multimidiaticamente é a rede. Quando uma pequena parte da população se comunica intensamente, porque tem esse direito garantido por condição socioeconômica, e a maior parte não, existe aí um problema de cidadania. Na economia, atualmente, inúmeras atividades dependem de redes digitais ou já são essencialmente digitais. Ora, numa sociedade em que as pessoas não estão habilitadas a navegar, a criar, a entender e a processar informação nas redes digitais, existe também um problema econômico.

É um problema de formação, de educação.

Sergio Amadeu Exato. Mas a escola está defasada. Já no mundo industrial seguia um modelo de formação discutível, baseado na simples transmissão e não na construção coletiva do conhecimento. Com a chegada das redes a posição hierárquica do “professor sabe tudo” se torna um equívoco ainda mais notório. É preciso substituir o modelo baseado nessa autoridade. Os meus alunos, os que têm conexão por celular, pesquisam de imediato quando digo alguma coisa em aula que desperta a curiosidade deles. As redes podem melhorar a capacidade de ensino e aprendizado – isso, claro, se as escolas estivessem se abrindo para elas, mas muitas têm dificuldade.

Algumas chegam a proibir o acesso à internet.

Sergio Amadeu Ah, num primeiro momento elas proíbem tudo: Orkut, Messenger... Para ensinar tem que isolar o aluno? É uma contradição absurda, porque a rede tem um emaranhado de possibilidades educacionais. A rede é o lócus da riqueza informacional. E tem de tudo, inclusive coisas negativas que podem servir ao ensino da ética. Mas não. Querem proibir, em vez de discutir ética. É preciso entender que a internet reproduz no ambiente comunicacional

o mundo da rua. Se uma criança não aprende a trafegar pelo espaço da cidade, se não adquirir experiência, vai viver eternamente ilhada em shoppings, condomínios, cercada por seguranças, sem autonomia. O preço da liberdade é o conhecimento.

Mas proibir não seria um modo de proteger?

Sergio Amadeu Não. Conheço casais de classe média que dizem assim: “Meu filho de 12 anos não vai sozinho nem à padaria!” Ora, esse casal é o mesmo que proíbe o garoto de navegar na internet! Na realidade deveria ensiná-lo a ir sozinho à padaria, falar dos perigos, mostrar a rua, as pessoas, porque esse garoto precisa conhecer um espaço que é dele. No caso do *ciberespaço* também tem direito à navegação, mas desde que a escola e a família discutam os perigos e a ética. A maioria dos meninos não sai fazendo arruaça por aí. E por quê? Porque tem uma ética incorporada. Essa ética é vital para discutir o ciberespaço. E é justamente o que a escola e a família não discutem.

Ou seja, não estão formando o jovem para a vida.

Sergio Amadeu A ideia hoje não é de formação, mas de adestramento. Infelizmente esse termo é ruim, mas é preciso dizê-lo. No mundo industrial a escola treinava o operário para determinados procedimentos. Hoje esse modelo nem sequer é reproduzido.

Seria preciso uma política pública para mudar esse quadro?

Sergio Amadeu O Estado deveria sim repensar amplamente a educação. Mas vivemos num país com tantas carências... Mesmo aqui, na cidade de São Paulo, existem escolas com laboratório de informática trancado. Aliás, essa concepção de la-bo-ra-tó-rio de informática é absurda! Como se a ideia fosse observar um experimento de química. Todas as aulas deveriam acontecer em salas com conexão. Para abordar o conhecimento geográfico, por exemplo, o *Google Maps* seria um recurso, com fotos de satélite da cidade, do bairro, da rua. Os alunos se sentiriam motivados. E os professores, claro, precisariam de formação adequada para esse novo ambiente. Por isso, tem de haver política pública sim, e incentivo

à discussão. Mas, enquanto brigamos por isso, a força do exemplo é vital. Se alguma escola, pública ou particular, puder mudar o jeito como se trabalha a rede em sala de aula, seria um farol nesse panorama obscuro.

As crianças hoje já lidam com a tecnologia como extensão do próprio corpo.

Sergio Amadeu O Instituto de Tecnologia de Massachusetts [MIT] está pesquisando essas fronteiras, mas aqui no Brasil ainda estamos percebendo a importância da interface no ensino. Interface é o que fica entre a tecnologia e a pessoa. Repare: o computador criou muito mais vantagens do que entaves para o processo de difusão e compartilhamento de bens culturais. Nunca se escreveu tanto na história da humanidade. Antes as crianças só escreviam na escola. Hoje escrevem para brincar, para conversar com os amigos por e-mail, por mensageiro instantâneo, no próprio celular via torpedo. No mundo pré-internet as pessoas se falavam por telefone ou pessoalmente. A escrita estava banida pelo audiovisual. A internet não só reforçou o audiovisual como trouxe com força a escrita. As crianças nascem nesse mundo, têm uma velocidade de apreensão gigantesca, trabalham com múltiplas formas de comunicação ao mesmo tempo. Para elas é parte do entretenimento. O desafio é se apropriar desse processo lúdico para incentivá-las a aprender o que ensinamos ainda de forma tradicional. Nesse sentido o educador é um navegador de rede que mostra como superar dificuldades de aprendizado. O esquema de ensino “broadcasting” que temos hoje pode funcionar para uns 30%, mas e os outros? A missão é alcançar os outros 70%.

A leitura e a escrita tradicionais sobreviverão diante dessa nova interface de imagens e sons?

Sergio Amadeu O alfabeto é vital. As pessoas, cada vez mais, irão falar e escrever em mais de um idioma. Hoje a meninada escreve em inglês de internet, com abreviações e neologismos, mas já escrevem. Estão se comunicando com ingleses, franceses, alemães etc. Se antes era chato, agora é para se divertir. Tanto a escrita quanto o audiovisual estão sendo ampliados. O processo digital comporta

essa convergência. O ato de fotografar, por exemplo, também foi popularizado. Antes era caro comprar filme, pagar a revelação. Hoje um adolescente viaja e tira mil fotos digitais, descarrega no computador e armazena no *Flickr*. E por quê? Porque o custo foi reduzido a quase nada.

O mundo está sendo reconfigurado?

Sergio Amadeu Sem dúvida. Repare: em 2008, um cidadão negro americano conseguiu sobrepor-se a uma enorme máquina política bem articulada, de líderes consolidados, usando *redes sociais*. Barack Obama, pela internet, conseguiu canalizar energias à disposição de mudança, um sentimento que poderia demorar anos, até décadas para ser extravasado. Agora é quase instantâneo. Num país ultracapitalista, conseguiu arrecadar na rede mais dinheiro do cidadão comum do que de grandes industriais que financiam grupos de manutenção de poder. E o jogo lá é pesado. As corporações do maior país capitalista do planeta tentaram interferir, mas foram suplantadas por essa pessoa fora do script. E não estou dizendo que Obama não irá se acomodar ao script. Espero que não, mas pode [risos]. O interessante é observar como o candidato dobrou os lobbies e a grande mídia em função da internet. Hoje há uma mudança de paradigma. Ao alterar a comunicação, as redes alteram também as relações sociais.

Em princípio, a ideia de uso não era essa.

Sergio Amadeu A tecnologia não determina a sociedade. Os grupos sociais, sim, a determinam. Quando são de interesse de alguns grupos, as tecnologias se disseminam. Ou seja, hoje estão aí as que venceram. A questão é: as pessoas preferem as que dão autonomia e mobilidade, mas alguns grupos evitam essa assimilação. Veja o exemplo de uma de nossas principais atividades artísticas, a música. Até o Renascimento não era importante a ideia de autoria. O autor sempre existiu, mas a música em geral dependia de outras canções, do conhecimento retribuído a partir de uma base cultural. Então, a especialização que o capitalismo vivia no mundo do trabalho atingiu também a música. E a arte começou a assimilar o modo de organização da indústria.

Nunca se escreveu tanto na história da humanidade. No mundo pré-internet a escrita estava banida. A rede não só reforçou o audiovisual como trouxe com força a escrita





A indústria fonográfica perdeu o sentido. A melhor forma de distribuir música hoje é pela rede. Ou a indústria se recicla ou continua reagindo de forma ridícula

E se construiu essa gigantesca indústria cultural...

Sergio Amadeu ...que precisava de um tipo de remuneração claramente capitalista. E, portanto, era preciso enfatizar o autor, o intérprete, para saber quem deveria receber o quê. A música virou mercadoria. Até que chegou a rede. A melhor forma de distribuir uma música hoje é bater na porta de uma gravadora? Não. A forma mais rápida de ficar conhecido é divulgar no Jamendo, por exemplo. Antes a indústria fonográfica tinha sentido: era preciso gravar em estúdio, imprimir as capas, levar os discos em caminhões até milhares de pontos de venda. Um negócio de louco! Precisava mesmo de uma indústria. Hoje não. Só que a indústria não reconhece. E cria travas tecnológicas, enrijece leis. Ou a indústria se recicla ou continua reagindo de modo ridículo. Os usuários não acham que copiar música da web prejudique alguém. “Ah, mas é como roubar uma bolsa!” Não é! Se a gravação for digitalizada, pode ser acessada por uma ou por 1 bilhão de pessoas. O paradigma da sociedade está mudando, na cultura, na economia, na educação. Estamos no meio de uma revolução informacional. E se é difícil analisar neste momento é porque a mudança *está* em andamento.

Significa dizer que a cibercultura “libertou” o conteúdo?

Sergio Amadeu Antes a produção simbólica estava em papel, fita cassete, película, hoje não. Um exemplo concreto: um projeto de disseminação da língua inglesa chamado Yappr. Basicamente são vídeos do YouTube que o internauta usa para aprender inglês. O texto falado aparece na parte superior, enquanto a tradução em português aparece na inferior. O usuário pode voltar, congelar, copiar, ou sugerir vídeos e a comunidade traduz voluntariamente. Essa interface está na web! E só está disponível porque a tecnologia digital permitiu a fusão de imagem, som e texto numa única plataforma. Antes o conteúdo estava vinculado ao suporte. E por analogia mesmo: quer imprimir 3 mil livros? Serão 3 mil capas, milhares de folhas, tinta e impressão. No mundo digital, não! São códigos binários, 0 e 1. A partir do momento em que a produção simbólica é digitalizada, uma ou 1 bilhão de cópias é questão de

tempo, não de material. Ao digitalizar a produção, a humanidade a libertou do suporte. Quer dizer que ficou mais fácil fazer cópia? Sim, ficou. Aliás, o mundo digital é o mundo da cópia.

E da recombinação, não é? Uma prática antiga: o *Romeu e Julieta* era uma história popular até que Shakespeare a imortalizasse. Homero fez o mesmo com a *Odisséia*.

Sergio Amadeu Sem dúvida. Na realidade todos nós, de certa forma, fazíamos essa reconstrução do conhecimento no quintal de casa quando brincávamos de super-herói. As crianças ainda fazem. Dizem: “Eu sou o Batman!”, e aí recontam toda a história, o amigo acaba virando o bandido, a casa vira a cidade. Essa dimensão lúdica também atinge a rede. Hoje existe até um movimento chamado “fanfic” [abreviação de *fan fiction*, uma referência à ficção criada por fãs]. Na rede os fãs fazem uma remixagem da história em texto ou vídeo. Uma recombinação a partir do original. Recontam *Batman*, *Harry Potter*. A rede permite a ação ativa do admirador. Ou seja, a prática não chega a ser novidade, mas ganha dimensão na rede. As ferramentas disponíveis permitem construir uma paródia de *Guerras Estrelas*, por exemplo, como *George Lucas in Love*. Aliás, o diretor George Lucas chegou a fazer um concurso de fãs para reescrever *Star Wars*, mas a maioria não topou porque ele queria ser dono do que os fãs produziam.

Nesse sentido, a rede estimula a criação, não a reprodução?

Sergio Amadeu Na verdade estamos numa situação conflitante e contraditória. Repare: tanto quanto ou bem mais do que Shakespeare, Walt Disney também remixou histórias quando se aproveitou dos contos dos Irmãos Grimm. *Branca de Neve e os Sete Anões* nunca foi dele, mas dos Grimm, que, por sua vez, narravam contos nórdicos da floresta negra. Originalmente eram aterrorizantes, para crianças daquele universo. Mas Disney “adocicou” esses contos e montou um império chamado Disneylândia. E hoje os Estúdios Disney podem processar uma creche, por exemplo, se puser o Pato Donald na parede... Ou seja, construíram um im-

pério com prática recombinante e agora querem evitar o uso de personagens que, como quase tudo na cultura, foram retrabalhados. E a legislação tenta evitar que caiam em domínio público.

Como fica a questão dos direitos autorais?

Sergio Amadeu Veja um exemplo absurdo: nos EUA, quando Mickey Mouse ia cair em domínio público, modificaram a lei de *copyright* para aumentar o prazo em 20 anos. É a chamada Lei Sonny Bono ou também “Lei Mickey Mouse”, que aumentou de 75 para 95 anos, após a morte do autor, o prazo para que uma obra seja de domínio público. Esse tipo de lógica a sociedade começa a questionar. No Brasil, a lei de direitos autorais estipula 70 anos [Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998]. Pensei muito e cheguei à conclusão de que essa é a lógica Brás Cubas! [risos] Se a lei é para incentivar o criador, melhor que ele esteja vivo, certo? Proteger o criador depois de morto é incentivar aquilo que Machado de Assis já dizia: um bando de defunto autor, ou autores defuntos [risos]. Não incentiva a criatividade, a recombinação, não incentiva nada. E repare: se o artista constrói um grande patrimônio pelo seu mérito, ninguém tem nada com isso. É dos herdeiros. Não interfere na cultura. Mas, se por causa de uma briga de herdeiros não podemos ouvir uma música, aí existe um problema: o acesso ao conhecimento bloqueado por causa de interesses econômicos que não têm nada a ver com a criação.

Nossas leis hoje dão conta dessa realidade?

Sergio Amadeu É um absurdo o modo como a internet é tratada no Brasil, principalmente na área criminal. Não é porque existem criminosos nas ruas que devemos proibir as pessoas de andar. Mas é o que acontece com internet: a defesa do exagero. Se existe um criminoso no Orkut, proíbe-se o site, como se a culpa fosse da internet. Isso é uma bobagem! Esse pressuposto tem de ficar claro. Outra coisa: o anonimato é vital para o cotidiano das pessoas. Eu não quero que ninguém saiba que amanhã, por exemplo, estarei andando na Avenida Paulista às 17 horas. E não é porque sou criminoso, mas porque não quero ninguém me controlando.

Simples assim. Não há nenhuma utilidade pública nessa informação. Em vez disso, há utilidade política e comercial: contra o cidadão. O anonimato, portanto, protege as pessoas da intrusão. No momento mais crucial da democracia, o dia do voto, protege o fraco contra as pressões do poder. O anonimato é vital à democracia. E na rede é fundamental para a comunicação livre. Uma parte da sociedade e o aparato de “vigilantismo” do Estado sempre tiveram aversão à comunicação livre. Hoje toda navegação deixa rastros, é difícil não ser controlado. Assim como a nossa sociedade, a rede tem criminosos. Mas alguns grupos se aproveitam disso para exacerbar os crimes e tolher o conjunto das liberdades: querem que vendamos nossa liberdade em troca de segurança. É inaceitável.

O que o senhor acha da chamada Lei dos Crimes Eletrônicos?

Sergio Amadeu O projeto [PL 89/2003] é um exagero, dificulta a inclusão digital e proíbe práticas corriqueiras, além de criar uma camada de violação em cima das discussões de *copyright*. Por exemplo: o jovem que comprar um CD, copiar uma música para o iPod e depois baixar na internet estará infringindo a lei. A tecnologia não parou no tempo, e os criminosos também não. Como enfrentar então um criminoso na rede? Ora, com inteligência e aparato tecnológico. Polícia capacitada. Já que a rede deixa rastro, a polícia poderá agir quando tiver autorização judicial. O que não pode é considerar todo cidadão suspeito e acabar com o anonimato. Não evitará novos crimes. Só vigiará cidadãos comuns e obterá dados para empresas de marketing. É inadmissível. Não pode ser aprovado como está. Estive na audiência pública em Brasília e expus os riscos. Antes de uma lei de criminalização, precisamos de uma lei de direitos do internauta. E aí sim estabelecer a violação. Mas não, querem sensacionalismo. O crime de pedofilia é evidentemente hediondo. Mas ninguém propôs fechar igrejas, mesmo sabendo que nos templos religiosos acontecem esses casos. Na realidade, a internet permitiu pegar com mais facilidade os pedófilos, pois deixam pistas para serem presos. Portanto, satanizar a internet é sensacionalismo. Essas mudanças precisam ser discutidas.

Antes a produção simbólica estava em papel, película, hoje não. Um bilhão de cópias é questão de tempo, não de material. O mundo digital é o mundo da cópia

